

IMPLICAÇÕES DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO PROCESSO DE ADOÇÃO: UMA REVISÃO DE ESCOPO

IMPLICATIONS OF PSYCHOLOGICAL EVALUATION IN THE ADOPTION PROCESS: A REVIEW

Maynara Priscila Pereira Silva*

Bárbara Dell'Osso Carvalho**

Gabriella Louise Silva Camargo***

Evandro Morais Peixoto****

RESUMO: A adoção é um processo complexo com alguns critérios a serem observados, como, questão financeira, moradia, estado civil. Além disso, é preciso investigar a relação afetiva de todos os envolvidos no processo (criança/adolescente e família) como também refletir sobre o espaço onde a criança/adolescente vai ocupar na nova família. Durante o processo, profissionais realizam uma avaliação psicossocial, contudo, esta avaliação apresenta algumas limitações que podem ser supridas pela avaliação psicológica, visto que é um método capaz de interpretar fenômenos psicológicos. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão de escopo para compreender a avaliação psicológica no processo de adoção, com intuito de verificar os métodos e estratégias utilizados neste contexto, bem como identificar as principais dificuldades encontradas pelos profissionais da psicologia. A amostra foi composta por seis estudos (artigos e dissertações), encontrados nas bases SciELO, PePSIC, LILACS e BDTD, entre os anos de 2013 a 2019. Os resultados indicaram que as principais dificuldades estão associadas à falta de capacitação, formação e atualização da área. Além disso, observou-se que são utilizadas técnicas de entrevistas, visitas domésticas e testes projetivos na avaliação. Entretanto, os estudos colocaram essas técnicas como uma limitação, visto que apresentam dificuldades para analisar a subjetividade. Portanto, é importante pensar na construção de novos instrumentos de medida que possam abranger essa falta. Nota-se também a escassez em relação a pesquisas nessa área, dessa forma, sugere-se a produção de novos estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação psicológica; Processos legais; Subjetividade.

ABSTRACT: Adoption is a complex issue with the observation of several criteria, such as financial well-being, housing, civil status. The affective relationship of those involved in the process (child/adolescent/family) should be taken into account and the space which the child/adolescent will have in the new family should be assessed. Professionals undertake a psycho-social evaluation even though limitations are present that should be supplied by psychological evaluation due to the fact that the method interprets psychological phenomena. Current analysis is based on a review of the scope to understand the psychological evaluation within the adoption process to verify methods and strategies used in this context and identify the main difficulties met with by psychologists. Sample comprised six studies (articles and dissertations) on SciELO, PePSIC, LILACS and BDTD between 2013 and 2019. Results show that main difficulties are associated with the lack of capacitation, formation and updating in the area. Interviews, home visits and prospect tests in assessment are employed. However, the studies consider these techniques as a limit since they show difficulties to analyze subjectivity. The construction of new instruments that take into consideration this lack is necessary. The lack of research in the area should trigger further studies.

KEY WORDS: Psychological evaluation; Legal processes; Subjectivity.

* Psicóloga; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade São Francisco, Campinas (SP), Brasil.

** Psicóloga; Pós-graduada em Ciências Criminais pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (SP), Brasil.

*** Graduanda em Psicologia da Anhanguera Educacional de São José dos Campos (SP), Brasil.

**** Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC); Docente do Programa de Pós-Graduação e Graduação em Psicologia da Universidade São Francisco, Campinas (SP), Brasil.

INTRODUÇÃO

A adoção é um fenômeno complexo, em relação ao processo, esta vem sendo transformada em algo mais profundo associado ao abandono infantil. Por exemplo, quando a família adotiva e a criança não conseguem estabelecer um vínculo afetivo familiar poderá ocorrer um novo abandono ou a “devolução” da criança, que passa a ser compreendida como “problema”. Dessa forma, para que se obtenha uma adoção positiva para os sujeitos envolvidos nesse processo, é importante observar o processo de troca, a relação afetiva que está sendo construída (RIEDE; SARTORI, 2013). Portanto, os candidatos à adoção devem entender que a criança ou adolescente não é um meio para alcançar as suas expectativas ou resolver suas frustrações, mas compreender que este alguém precisa de uma família, afeto e amor (RIEDE; SARTORI, 2013; ROSSATO; FALCKER, 2017).

No Brasil, o processo de adoção segue uma série de requisitos estabelecidos pela lei nº8.069 de 13 de julho de 1990 - que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para que uma adoção seja deferida no judiciário são necessárias algumas etapas para que se constatem as vantagens para as crianças e adolescentes que estão “aptas” a serem adotadas por adultos maiores de 21 anos, porém o responsável por esse processo precisa ser, pelo menos, 16 anos mais velho do que o adotando. Outro fator levado em consideração neste processo é a comprovação de estabilidade da família, de maneira a assegurar o bem-estar da criança ou do adolescente. Importante ressaltar que, de acordo com o art. 41 da subseção IV, a adoção atribui a condição de filho ao adotando, assegurando-lhes os mesmos direitos e deveres, igualmente ocorre com os vínculos biológicos (BRASIL, 1990).

232 Ao começar a procura por um filho adotivo, entende-se que haverá um longo caminho, que vai além das questões jurídicas, isto é, faz-se necessário pensar também os aspectos psicológicos, principalmente, ao lugar que a criança ou adolescente vai ocupar afetivamente (OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2012). Nesse sentido, é importante refletir sobre a adoção, em relação à agilidade dos trâmites legais, das avaliações realizadas neste processo e da efetivação do vínculo afetivo entre as partes. A criança que for ser acolhida e se tornar parte da família, deve ser aceita em sua singularidade (ROSSATO; FALCKE, 2017). O acolhimento deve ser uma iniciativa tomada pelos pais adotivos, por meio da identificação da sua própria capacidade em cuidar, bem como estar disponível para a construção de vínculos (MACHADO; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015). De acordo com Morelli, Scorsolini-Comin e Santeiro (2015), os pais adotivos devem estar preparados para a parentalidade, deste modo, devem favorecer as adaptações ambientais, sociais e psíquicas para a chegada dos filhos.

Durante o processo de adoção é realizada a avaliação psicossocial, desde os primeiros contatos até o estágio de convivência com a criança, que busca verificar diferentes aspectos, por exemplo, a adaptação da nova família (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2018). Ao longo dessa avaliação é importante também refletir sobre possíveis manifestações subjetivas e aspectos emocionais que surgem diante do desconhecido. Dessa forma, é imprescindível reservar um espaço para refletir, discutir e elaborar sobre as motivações, angústias, ansiedade, frustrações, fantasias, adaptação e as expectativas de ambos os lados (criança/adolescente e família) (HUEB; CECÍLIO, 2015; MERÇON-VARGAS; ROSA; DELL'AGLIO, 2015).

Esta etapa tem uma relevância fundamental considerando o seu caráter crucial em relação à decisão de colocação da criança/adolescente em uma família substituta (FERREIRA, 2010). Contudo, também é preciso ressaltar a escassez de estudos que descrevam sobre as vivências das famílias durante a avaliação e da postura da equipe nesta fase (SCORSOLINI-COMIN *et al.*, 2015). Além disso, também há poucos estudos que discutem sobre os protocolos empregados por psicólogos e assistentes sociais em relação a essa prática, consequentemente fazendo com que a atuação seja pouco compreendida (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2018).

Diante do exposto, percebe-se que a avaliação psicossocial é frequente nos processos adotivos, podendo ser feita por psicólogos ou assistentes sociais. No entanto, essa avaliação apresenta algumas lacunas, como, por exemplo, não conseguir compreender a subjetividade dos envolvidos (família e criança/adolescente), até mesmo por ser um processo que considera as questões, como, renda familiar, domicílio, profissão e estado civil, com finalidade de comprovar que a pessoa que deseja adotar é adequada nos aspectos: social, econômico e psicológico (PELISOLI; OLIVEIRA JÚNIOR, 2016; SANTOS; LAGO, 2020).

Pensando em suprir essa demanda, seria importante o psicólogo realizar uma avaliação psicológica, com objetivo de compreender, especificamente, os sentimentos e pensamentos das pessoas incluídas no processo, com propósito de levantar algumas questões para serem refletidas e discutidas, como, por exemplo, as motivações e angústias. A avaliação psicológica pode ser definida como um método capaz de levantar informações sobre comportamentos das pessoas, que podem ser consideradas como suas características psicológicas, dessa forma, contribuindo com a qualidade de vida desses indivíduos, a partir de uma verificação dos seus potenciais e fragilidades (BUENO; PEIXOTO, 2018; PRIMI, 2018). No entanto, estudos demonstram a escassez de profissionais e de métodos para a formação adequada, consequentemente, para realizar a prática (MUNIZ, 2018; NAKANO, 2019). Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo buscar e revisar estudos que abarquem a avaliação psicológica no processo de adoção, com intuito de identificar os métodos e estratégias utilizados neste contexto, bem como apontar as principais dificuldades encontradas pelos profissionais da psicologia.

2 MÉTODO

A pesquisa foi delineada por meio de uma revisão de escopo, elaborada de acordo com a metodologia proposta pelo Instituto Joanna Briggs, com o objetivo de identificar uma produção científica em uma área. Ou seja, esse método permite ao pesquisador ampliar a perspectiva a respeito de um tema, como também verificar os principais conceitos que o fundamentam (AROMATARIS; MUNN, 2017; LEVAC; COLQUHOUN; O'BRIEN, 2010).

Para a busca dos artigos foram consultadas as bases bibliográficas, LILACS, PEPSIC e SciELO, sendo estabelecidas as palavras-chave: “avaliação psicológica AND adoção” e “adoção AND atuação do psicólogo”, adotando como outro critério de inclusão apenas estudos escritos na língua portuguesa. Tais terminologias podem ser encontradas no banco de palavras-chave da psicologia. No que diz respeito aos anos dos estudos, não houve limitações referente à data de publicações. As buscas foram realizadas entre outubro e dezembro de 2020. Pensando na possibilidade de não ter um número de publicações significativas, buscaram-se referências complementares na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com o objetivo de levantar mais dados para a revisão.

A seleção aconteceu por meio das questões: “Quais as limitações e dificuldades encontradas pelos profissionais de psicologia ao realizar avaliação psicológica em um processo de adoção em pesquisas nacionais?” e “Quais os métodos utilizados por esses profissionais durante a avaliação?”. Para isso, utilizou-se a estratégia de verificar o título e o resumo dos artigos, e, posteriormente, procedendo à leitura do texto completo para aplicação dos critérios de inclusão e exclusão referente às questões citadas acima, para separar os textos considerados elegíveis para a revisão. Foram excluídos artigos que não eram exclusivamente sobre adoção; não apontavam os métodos utilizados nos processos de avaliação, não descreviam sobre as limitações e dificuldades encontradas pelos profissionais da psicologia. Dessa forma, não foram descartados estudos que relataram as percepções de assistentes sociais, desde que tivessem

as perspectivas dos psicólogos, pois o foco do desenvolvimento da discussão foi a partir da perspectiva psicológica. A seleção foi realizada por duas pesquisadoras que avaliaram de forma independente as questões apresentadas acima.

Os dados referentes aos artigos relevantes para responder as perguntas de pesquisa foram extraídos para uma planilha do software Excel, contendo as seguintes informações: autores, título, ano de publicação, objetivo do estudo, abordagem metodológica, periódico, localização da realização do estudo, limitações e dificuldades ao realizar a avaliação psicológica, métodos empregados pelos profissionais ao fazer a avaliação, conclusões e sugestões abordadas.

3 RESULTADOS

A partir do método foi possível recuperar 22 artigos e 157 teses e dissertações (produtos acadêmicos) na BDTD. Foram excluídos dois artigos e quatro teses e dissertações duplicadas. A pré-seleção, usando o critério da leitura dos títulos e resumos, verificou se tais estudos estavam dentro da temática de adoção e avaliação psicológica, buscando identificar dentro desses espaços palavras associadas a esses temas; a partir dessa etapa foi possível excluir alguns estudos e realizar a leitura completa de 11 artigos e oito teses e dissertações. Dentre esses, apenas quatro artigos e duas dissertações foram incluídas (Figura 1), visto que apenas esses estudos respondiam as questões de interesse dos autores da presente pesquisa.

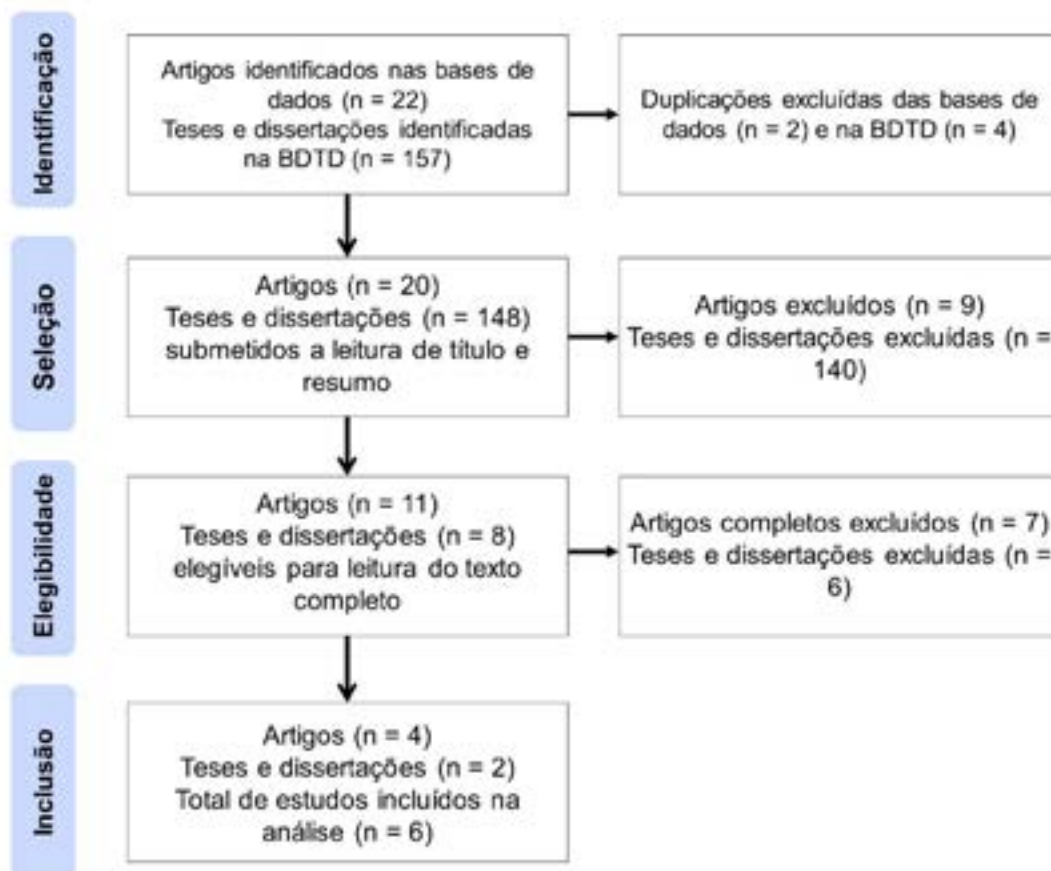


Figura 1. Fluxograma das etapas para determinar a inclusão dos artigos.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os estudos incluídos na revisão foram publicados no período de 2013 a 2019, sendo 83,3% dos últimos cinco anos. A predominância das pesquisas foi realizada na região Sul (3), no qual todas são do Rio Grande do Sul. Observou-se também que todas adotaram a metodologia qualitativa. Tais características podem ser verificadas na Tabela 1.

Tabela 1. Estudos incluídos na revisão

Autor e Ano	Título	Tipo de produto	Região do estudo	Abordagem metodológica
Alvarenga e Bittencourt (2013)	A delicada construção de um vínculo de filiação: O papel do psicólogo em processos de adoção	Artigo científico	Sudeste (Rio de Janeiro)	Qualitativa
Silva (2015)	Os processos de habilitação para adoção segundo técnicos judiciários do Rio Grande do Sul	Dissertação	Sul (Rio Grande do Sul)	Qualitativa
Silva <i>et al.</i> (2017)	A equipe psicossocial na colocação da criança nos processos de adoção	Artigo científico	Sul (Rio Grande do Sul)	Qualitativa
Silva <i>et al.</i> (2018)	Diferentes configurações familiares de candidatos à adoção: Implicações para os processos de habilitação	Artigo científico	Sul (Rio Grande do Sul)	Qualitativa
Cecílio e Scorsolini-Comin (2018)	Avaliação de candidatos pretendentes no processo de habilitação para adoção: revisão de literatura	Artigo científico	Sudeste (São Paulo)	Qualitativa
Albuquerque (2019)	A atuação dos profissionais de psicologia da vara de infância e juventude na política de adoção	Dissertação	Nordeste (Paraíba)	Qualitativa

Elaborada pelos autores.

As limitações e dificuldades descritas nas pesquisas estão associadas, principalmente, à falta de preparação e capacitação em relação ao exercício da prática profissional (ALVARENGA; BITTENCOURT, 2013; CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2018; SILVA *et al.*, 2017). Também apontam que não existe uma padronização para realizar uma avaliação psicológica no contexto da adoção, podendo ser utilizadas entrevistas, visitas domésticas, acompanhamentos, testes projetivos e atendimentos como ferramentas da avaliação (ALBUQUERQUE, 2019; CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2018; SILVA *et al.*, 2018). A não padronização é compreendida, em um dos estudos, como preconceituosa, uma vez que cada candidato recebe um tipo de avaliação. Os autores sugerem realizar novas pesquisas que questionem tal comportamento, visando o bem-estar da criança que irá para um lar adotivo, por consequência, irá desenvolver vínculos com pessoas novas, ou seja, alguém que até o momento não fazia parte do seu meio social (SILVA *et al.*, 2018). Além dessas questões, os estudos colocam também a desvalorização profissional, a demanda excessiva, incompreensão dos papéis da equipe técnica como aspectos a serem enfrentados durante a avaliação psicológica no processo de adoção (Tabela 2).

Tabela 2. Descrição das limitações/dificuldades durante a avaliação psicológica e estratégias/métodos aplicados pelos profissionais.

Estudo	Limitações e dificuldades referentes à avaliação psicológica	Estratégias/Métodos
Alvarenga e Bittencourt (2013)	Falta de capacitação e preparo para realização da avaliação.	Os psicólogos procuram realizar atendimentos e orientações, objetivando facilitar a adaptação entre a criança e a família. No entanto, há falta de métodos que possam avaliar a subjetividade da criança.
Silva (2015)	A falta de um critério padronizado para as avaliações pode acarretar em dificuldades para os profissionais que devem avaliar. As diferentes configurações familiares se apresentam como dificuldade também, uma vez que os candidatos à adoção vêm representando essas mudanças, fazendo com que os profissionais se deparem com outras questões que devem ser investigadas e refletidas nesse processo.	São realizadas entrevistas para verificar a história de vida, características pessoais, relações sociais/familiares e motivações.
Silva <i>et al.</i> (2017)	Demanda excessiva de trabalho, falta de procedimentos padronizados e desvalorização profissional.	Não há um consenso do que fazer, no entanto o foco fica na família. Dessa forma, há escassez sobre uma metodologia que seja consensual entre os profissionais.
Silva <i>et al.</i> (2018)	Varição da avaliação em diferentes candidatos, indicando preconceitos em alguns profissionais durante a avaliação.	Entrevistas pré-estabelecidas de acordo com o adotante (solteiro, casal, homoafetivo ou idoso), ou seja, para cada um dos interessados existe uma forma de conduzir a entrevista.
Cecílio e Scorsolini-Comin (2018)	Não há preparação para avaliação da subjetividade, não há cursos específicos e capacitação necessária para realizar tal prática.	Entrevistas, visitas domiciliares, testes projetivos.
Albuquerque (2019)	Estrutura física inapropriada, incompreensão do papel da equipe técnica, sobrecarga de trabalho e cumprimento dos prazos processuais.	Entrevistas, acolhimento, visitas domiciliares, elaboração de documentos e acompanhamento do estágio de convivência.

Elaborada pelos autores.

236

Conforme observado na Tabela 3, os autores apresentam diferentes sugestões. De uma maneira geral, as pesquisas convidam a refletir sobre as questões acerca de uma avaliação, buscando encontrar formas mais efetivas para avaliar tal complexidade, com objetivo de verificar o vínculo e a confiança da criança com a família, principalmente, visando a percepção da criança. Como também, recomendam a realização de novos estudos, com intuito de agregar em fundamentações teóricas significativas que possam contribuir na preparação dos profissionais durante a prática.

Tabela 3. Recomendações/sugestões dos estudos

Estudo	Recomendações
Alvarenga e Bittencourt (2013)	Os autores afirmam que precisam refletir sobre uma cuidadosa reavaliação do modo que vem sendo feita a avaliação, buscando encontrar formas mais efetivas para contribuir nesse processo, a fim de identificar o vínculo e a confiança entre a criança/adolescente e os futuros pais.
Silva (2015)	Espera-se que estudos futuros possam problematizar a questão que envolve a prática profissional durante a adoção, como também as questões da saúde mental das novas famílias. Uma vez que há falta de preparação e pouco incentivo à capacitação profissional.
Silva, Cassarino-Perez <i>et al.</i> (2017)	É preciso começar a refletir sobre os interesses das crianças, não focando apenas a família. Também é necessário abordar as perspectivas dos técnicos em relação ao processo de avaliação.
Silva, Silva <i>et al.</i> (2018)	Observe-se a necessidade de estudar os preconceitos em relação a candidatos a adoção. Uma vez que podem influenciar a prática profissional e bem-estar da criança/adolescente. Sugere-se a autorreflexão para os profissionais compreenderem se realmente estão preparados e livres de estigmas, para lidar com as questões demandadas por essas novas configurações familiares.
Cecílio e Scorsolini-Comin (2018)	Sugere-se um convite para investigações futuras acerca das atuações durante o processo de adoção, abrindo possibilidades de se refletir as constantes concepções e redefinições de família, questões de gênero, as etapas e suas respectivas atuações multiprofissionais, a subjetividade implicada nas avaliações psicossociais, as referências de práticas consideradas adequadas e inadequadas, dentre outras nuances de casos experienciados no processo.
Albuquerque (2019)	Espera-se que a partir do estudo, novas pesquisas podem ser desenvolvidas, contribuindo para a atuação dos profissionais da vara de infância e juventude na política de adoção, por meio de diferentes técnicas e instrumentos.

Elaborada pelos autores.

4 DISCUSSÃO

A pesquisa teve como objetivo verificar pesquisas por meio de uma revisão de escopo, para identificar as principais dificuldades encontradas pelos profissionais ao realizar avaliação psicológica no contexto da adoção, bem como revelar as estratégias e métodos utilizados durante esse processo. De forma geral, nota-se que mesmo a avaliação sendo uma das etapas mais importantes no processo de adoção, são poucas as pesquisas que descrevem sobre tal realidade, investigando as limitações, dificuldades e o métodos usados nessa fase. A partir da revisão, os resultados indicaram que há limitações ao realizar a prática da avaliação e diferentes métodos aplicados ao decorrer do processo.

Durante o processo de adoção entende-se que haverá diversos sentimentos envolvidos, seja por parte da criança ou adolescente que será adotado como também por parte do candidato que deseja adotar, tais como ansiedade e expectativas. Dessa forma, a atuação do psicólogo nesse contexto se torna fundamental, ao realizar uma avaliação psicológica, o profissional não estará somente identificando se o candidato está apto ou não para concluir a adoção, também acompanha as diferentes emoções ao decorrer do processo, fazendo acolhimento e até encaminhando para terapias. Nesse sentido, a prática requer preparo profissional, com finalidade de favorecer o bem-estar das crianças e dos adolescentes (FONSECA *et al.*, 2020).

A avaliação psicológica está sendo cada vez mais reconhecida e valorizada como uma área da psicologia, contudo, os problemas relacionados a sua prática são uma realidade (NORONHA; REPPOLD, 2010). Os problemas estão, em maioria, associados à formação desqualificada, acarretando o despreparo técnico e teórico dos profissionais (BORSA, 2016), confirmando os resultados encontrados, que apresenta a falta de preparação e capacitação do psicólogo como a principal dificuldade levantada. A formação para realizar a prática de forma eficaz está longe da sua condição ideal, os problemas começam desde a graduação, com carga horária reduzida, desqualificação dos docentes, além de ainda haver uma perspectiva limitada e preconceituosa a respeito da avaliação psicológica (FONSECA, 2011; NORONHA; REPPOLD, 2010).

A avaliação psicológica vem crescendo em relação à produção científica e se tornado assunto de discussões que vão além das universidades. Sua presença está em áreas como de concursos públicos, concessão de porte de armas ou da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) (BARROSO, 2010; CHIODI; WECHSLER, 2008; LÖHR, 2011). No entanto, quando a prática está associada ao processo adotivo, há uma escassez nas produções científicas, uma vez que a busca realizada para a revisão de escopo foi bastante criteriosa ao identificar apenas pesquisas sobre a prática da avaliação psicológica, suas dificuldades e limitações, além das ferramentas usadas pelos profissionais.

Outra questão observada como limitação foi a não padronização dos profissionais ao utilizar instrumentos para avaliar, podendo variar de acordo com cada psicólogo ou até mesmo com cada candidato. As diferentes configurações familiares devem fazer os profissionais a refletir sobre seu posicionamento, buscando elaborar discursos sem estereótipos a respeito dos papéis de gênero e parentais. Nesse sentido, o psicólogo deve realizar uma avaliação imparcial, priorizando apenas o interesse e sentimentos da criança (CERQUEIRA-SANTOS; SANTANA, 2015; FERREIRA; CHALHUB, 2014; MELETTI; SCORSOLINI-COMIN, 2015). Além disso, de acordo com Frizzo (2004), as limitações em relação à utilização de instrumentos psicológicos de qualidade e apropriado, estão associadas a problemas que envolvem a qualificação técnicas desses profissionais, como também a postura ética e a falta de instrumentos para uso em contextos específicos de aplicação como o da adoção.

Dentre os métodos utilizados na avaliação estão a entrevista, visitas domiciliares, acolhimento e testes projetivos. Cecílio e Scorsolini-Comin (2018) afirmam que é preciso pensar em medidas mais eficazes para evitar senti-

mentos de conflito e até mesmo uma devolução da criança que está em processo de adoção, visto que tais estratégias não são suficientes para analisar a subjetividade da criança e adolescente. É preciso pensar nesse processo com mais cuidado, buscando instrumentos capazes de avaliar a confiança e o vínculo de ambos os lados, como também compreender as possibilidades que a criança ou adolescente fazem a respeito das figuras parentais (ALBUQUERQUE; BITTENCOURT, 2013; SILVA, 2013). Além disso, também é importante compreender a avaliação como um processo que requer algumas características, a saber: treinamento profissional; autorreflexão, como também consultas para ter supervisão; utilização de testes apropriados e sua interpretação, seja com o instrumento isolado ou em conjunto a outros testes; comunicação pertinente aos resultados da avaliação, com conclusões e recomendações; por fim, considerar as características (pessoal, social e cultural) de todos os envolvidos (famílias e crianças) (GRABER, 2009; GRABER *et al.* 2012).

Nesse sentido, Bornstein (2017) afirma que o avaliador precisa ter competência, proficiência e experiência ao realizar uma avaliação psicológica. A competência refere-se aos domínios específicos dos profissionais, que são aprimorados durante o curso de pós-graduação, e à medida que o psicólogo vai ganhando experiência sua competência tende a aumentar. A proficiência excede a competência, o profissional se torna capaz de realizar tarefas com mais eficiência e agilidade. Considerando que a primeira característica é desenvolvida a partir das habilidades que são facilitadas pelo trabalho prático, a proficiência é uma característica que requer muita experiência durante a profissão, fazendo com que o psicólogo chegue em um nível superior ao início da carreira. Dessa forma, compreende-se que o profissional ao realizar uma avaliação psicológica precisa ter passado por essas três exigências, visto que uma influência na promoção da outra, conseqüentemente, acarreta uma avaliação mais precisa.

238

Os estudos incluídos na revisão ainda discorrem sobre outras recomendações, a saber: realizar novas pesquisas com objetivo de abordar as percepções dos profissionais em relação ao processo de avaliação, estudar os preconceitos em relação a candidatos à adoção, dado que podem influenciar a prática e o bem-estar da criança. As informações encontradas são indispensáveis para refletir sobre futuras ações acerca da avaliação psicológica no contexto adotivo, uma vez que causa ao leitor questionamentos dos problemas, podendo influenciar em pesquisas para preencher as lacunas apresentadas (SCORSOLINI-COMIN *et al.*, 2015).

Por fim, é necessário compreender que a avaliação psicológica como uma competência imprescindível da psicologia, pois, sua prática fornece dados de aspectos psicológicos que colaboram para uma atuação mais precisa (NORONHA; REPPOLD, 2010). Conforme as literaturas consultadas, é fundamental traçar metodologias específicas para o contexto, além de elaborar estudos que possam contribuir teoricamente para a formação e qualificação de profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão referente à avaliação psicológica no processo de adoção permitiu verificar as implicações encontradas pelos profissionais durante a prática. Além disso, os resultados permitiram identificar algumas lacunas, uma vez que apresentaram questões a serem abordadas em futuras pesquisas, a fim de minimizar os efeitos negativos que uma avaliação mal realizada pode acarretar como, por exemplo, sentimento de insegurança ou até mesmo devolução da criança. No entanto, foram encontrados poucos estudos que abordassem a temática, indicando escassez de conhecimento teórico, conseqüentemente, influenciando no preparo e na capacitação do profissional que vai atuar nessa área.

Apresenta-se como limitação que a revisão foi realizada com pesquisas nacionais, sugere-se realizar um estudo de comparação com buscas em publicações internacionais. Recomenda-se também realizar estudos futuros pensando na desconstrução de estereótipos pré-estabelecidos ao avaliar candidatos, em construir medidas para analisar a subjetividade, vínculo e confiança, como também, priorizar a percepção da criança.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. A. F. P. D. **A atuação dos profissionais de psicologia da Vara da Infância e Juventude na política de adoção**. 2019. 48 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

ALVARENGA, L. L.; BITTENCOURT, M. I. G. F. A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 41-53, jul. 2013.

AROMATARIS, E.; MUNN, Z. Joanna Briggs Institute Reviewer's Manual. **The Joanna Briggs Institute**. 2017. Disponível em: <https://reviewersmanual.joannabriggs.org/>. Acesso em: 19 out. 2020.

BARROSO, S. M. Avaliação psicológica: análise das publicações disponíveis na SciELO e BVS-Psi. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 22, n. 1, p. 141-154, 2010.

BORNSTEIN, R. F. Evidence-based psychological assessment. **Journal of personality assessment**, v. 99, n. 4, p. 435-445, 2017.

BORSA, J. C. Considerações sobre a formação e a prática em avaliação psicológica no Brasil. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 131-143, 2016. 239

BRASIL, Lei, nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990.

BUENO, J. M. H.; PEIXOTO, E. M. Avaliação psicológica no Brasil e no mundo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. SPE, p. 108-121, 2018.

CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F. Avaliação de candidatos pretendentes no processo de habilitação para adoção: Revisão da Literatura. **Psico-USF**, v. 23, n. 3, p. 497-511, 2018.

CERQUEIRA-SANTOS, E., SANTANA, G. Adoção homoparental e preconceito: Crenças de estudantes de direito e serviço social. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 4, p. 873-885, 2015.

CHIODI, M. G.; WECHSLER, S. M. Avaliação psicológica: contribuições brasileiras. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 28, n. 2, p. 197-210, 2008.

FERREIRA, L. A. M. **Adoção: Guia prático doutrinário e processual com as alterações da Lei nº 12.010 de 3/8/2009**. São Paulo: Cortez, 2010.

FERREIRA, K. C. G.; CHALHUB, A. Contribuições da psicologia em relação à adoção de crianças por casais homoafetivos: uma revisão de literatura. **(Inter)subjetividades**, v. 2, n. 1, p. 29-49, 2014.

FONSECA, S. M. S. M. S. Avaliação psicológica e suas vicissitudes: a formação do psicólogo como foco. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Ano da avaliação psicológica – Textos geradores**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2011. p. 133-138.

FONSECA, F. M. M. *et al.* A contribuição da psicologia no processo de adoção. **Pubsaúde**, v. 3, a036, 2020. Disponível em: <https://pubsaude.com.br/wp-content/uploads/2020/07/036-A-contribui%C3%A7%C3%A3o-da-psicologia-no-processo-de-ado%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

FRIZZO, N. P. **Infrações éticas, formação e exercício profissional em Psicologia**. 2004. 110 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GRABER, M. L. Educational strategies to reduce diagnostic error: can you teach this stuff? **Advances in health sciences education**, v. 14, n. 1, p. 63-69, 2009.

GRABER, M. L. *et al.* Cognitive interventions to reduce diagnostic error: A narrative review. **BMJ Quality and Safety**, v. 21, p. 535–557, 2012.

HUEB, M. F. D.; CECÍLIO, M. S. A preparação de postulantes a adoção é (in)suficiente? A experiência de uma adoção inter-racial de grupo de irmãos. *In*: SCORSOLINI-COMIN, F.; Pereira, A. K.; NUNES, M. L. T. **Adoção: legislação, cenários e práticas**. São Paulo, SP: Vetor, 2015. p. 161-184.

LEVAC, D.; COLQUHOUN, H.; O'BRIEN K. K. Scoping studies: advancing the methodology. **Implementation Science**, v. 5, n. 69, 2010.

LÖHR, S. S. Avaliação psicológica na formação do profissional da Psicologia, algumas reflexões. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Ano da avaliação psicológica – Textos geradores**. Brasília, DF. 2011. p. 143-149.

MACHADO, R. N.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Parentalidade adotiva: contextualizando a escolha. **Psico**, v. 46, n. 4, p. 442-451, 2015.

MELETTI, A. T.; SCORSOLINI-COMIN. Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 17, n. 1, p. 37-49, 2015.

MERÇON-VARGAS, E. A.; ROSA, E. M.; DELL'AGLIO, D. D. A produção científica e os aspectos legais no âmbito da adoção nacional e internacional. *In*: SCORSOLINI-COMIN, F.; PEREIRA, A. K.; NUNES, M. L. T. **Adoção: legislação, cenários e práticas**. São Paulo, SP: Vetor, 2015. p. 29-62.

MORELLI, A. B.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTEIRO, T. V. O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. **Psicologia Clínica**, v. 27, n. 1, p. 175-194, 2015.

MUNIZ, M. Ética na avaliação psicológica: velhas questões, novas reflexões. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 38, p. 133-146, 2018.

NAKANO, T. C. Avaliação psicológica e deficiência: desafio na formação e prática profissional do psicólogo no século XXI. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Prêmio Profissional Avaliação Psicológica Direcionada a Pessoas com Deficiência**, 2019, p. 9-62. Disponível em: http://satepsi.cfp.org.br/docs/CFP_livrodigital_premio2.pdf.

NORONHA, A. P. P.; REPPOLD, C. T. Considerações sobre a avaliação psicológica no Brasil. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, p. 192-201, 2010. Número especial.

OTUKA, L. K.; SCORSOLINI-COMIN, F. S.; SANTOS, M. A. D. Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 55-63, 2012.

PELISOLI, C.; JÚNIOR, D. F. O. Aspectos jurídicos e psicossociais da adoção de crianças e adolescentes no Brasil. *In*: GOMIDE, P. I. C.; JÚNIOR, S. S. S. **Introdução à psicologia forense**. Curitiba: Juruá, 2016. p. 69-83.

PRIMI, R. Avaliação psicológica no século XXI: de onde viemos e para onde vamos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. SPE, p. 87-97, 2018.

RIEDE, J. E.; SARTORI, G. L. Z. Adoção e os fatores de risco: do afeto à devolução das crianças e adolescentes. **Perspectiva**, v. 37, n. 138, p. 143-154, 2013.

ROSSATO, J. G.; FALCKER, D. Devolução de crianças adotadas: uma revisão integrativa da literatura. **Revista da SPA-GESP**, v. 18, n. 1, p. 128-139, 2017.

SANTOS, A. P. H.; LAGO, V. D. M. A percepção de psicólogos peritos sobre o processo de habilitação para adoção. **Revista Universo Psi**, v.1, n. 1, p. 125-149, 2020.

SCORSOLINI-COMIN, F.; XIMENES, F.; MELETTI, A. T.; SANTOS, M. A. Práticas profissionais no contexto da adoção homoparental: expectativas de casais homossexuais e de psicólogos que atuam no Judiciário. *In*: SCORSOLINI-COMIN, F.; Pereira, A. K.; NUNES, M. L. T. **Adoção: legislação, cenários e práticas**. São Paulo, SP: Vetor, 2015. p. 223-238.

SILVA, P. S. **Os processos de habilitação para adoção segundo técnicos judiciários do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, P. S. D.; CASSARINO-PEREZ, L.; SARRIERA, J. C.; FRIZZO, G. B. A equipe psicossocial na colocação da criança nos processos de adoção. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37. n. 3, p. 608-623, 2017.

SILVA, P. S. D.; SILVA, E. X. D. L.; LOPES, R. D. C. S.; FRIZZO, G. B. Diferentes configurações familiares de candidatos à adoção: Implicações para os processos de habilitação. **Estudos de psicologia (Natal)**, v. 22, n. 4, p. 412-421, 2018.

241 —

Recebido em: 28/04/2021

Aceito em: 04/11/2021